

Relatório de Gestão | 2024

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

FUNCIONAMENTO NORMAL

0 CONTEÚDO

0	Conteúdo	2
1	NOTA INTRODUTÓRIA	4
2	Caracterização da Entidade	5
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	5
2.2	Identificação	5
2.3	Localização	5
2.4	Tutela: Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia– SRE.....	5
2.5	Regime Financeiro	6
2.6	Legislação	6
2.7	RECURSOS HUMANOS.....	6
2.8	Estrutura organizacional.....	7
a)	Mapa em anexo (1).....	Erro! Marcador não definido.
2.9	Missão	8
2.10	Atribuições	10
2.11	Visão.....	11
2.12	Estrutura Interna da Escola.....	11
2.13	Descrição sumária das atividades	12
	Conselho da Comunidade Educativa.....	12
2.14	Perspetivas Futuras	15
3	Recursos Financeiros.....	16
3.1	Análise da Execução Orçamental.....	16
	Estrutura e execução da receita	17
	Estrutura e execução da despesa	20
	Encargos assumidos e não pagos.....	23
	Indicadores orçamentais.....	24
3.2	Ótica de análise das Demonstrações Financeiras	24
	Situação Económica	24
	Gastos operacionais.....	24
	Rendimentos operacionais	26
	Financiamento da atividade.....	26
	Apuramento dos Resultados.....	27
	Demonstração de Resultados	27
	Situação Financeira	29
	Balanço	29

	Lançamentos de abertura do exercício.....	31
3.3	Proposta de aplicação de resultados.....	31

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório visa dar cumprimento à Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, que estabelece a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), no que concerne ao parágrafo 34 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, tem como missão, atribuições, visão, organograma e recursos humanos.

Este relatório apresenta uma análise financeira das atividades desenvolvidas pela Escola Básica e Secundária de Santa Cruz no decurso do ano de 2024. A análise tem por base as despesas de funcionamento da escola, que se dividem em três categorias principais: despesas com pessoal, outras despesas correntes e despesas de capital.

Simultaneamente, é efetuada uma análise às despesas do projeto ERASMUS +, designados por Projeto ERASMUS, e das operações de financiamento relacionadas com o Instrumento de Recuperação e Resiliência demonstrando o compromisso da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz com a otimização dos recursos financeiros e a utilização eficiente dos fundos recebidos. A escola demonstra uma gestão responsável e transparente das suas finanças, assegurando a utilização adequada dos recursos para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que beneficiam a comunidade escolar.

O presente documento serve como relatório de gestão da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz para o ano de 2024. Este relatório tem como objetivo apresentar uma visão abrangente das operações da escola, do ambiente em que atua e da sua dinâmica económica e financeira.

O relatório de gestão, constitui um importante instrumento de apoio à gestão desta escola, que pretende fornecer uma imagem fiel e clara dos factos ocorridos no exercício económico em questão, espelhados nas demonstrações financeiras de forma estruturada, tendo em consideração toda a informação relevante que possa ter, em termos de análise e de avaliação da execução financeira, na ótica da contabilidade orçamental e financeira.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz é um organismo público, dotado de autonomia administrativa tendo como missão a educação e formação.

Estatui o artigo 46.º do Orçamento da RAM para 2024 que durante o ano de 2024, ficam suspensos os fundos escolares previstos nos artigos 31.º a 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de junho, nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário da Região Autónoma da Madeira”, neste caso na Escola Básica e Secundária de Santa Cruz. A fusão por incorporação existe quando uma ou mais entidades, com extinção da sua personalidade jurídica, passam a fazer parte integrante de uma outra, que assume a totalidade dos direitos e obrigações das incorporadas.

2.2 IDENTIFICAÇÃO

Designação: ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ

Número de Identificação Fiscal: 671 000 268

2.3 LOCALIZAÇÃO

Morada: Avenida 2 de Agosto de 1996, n.º 2 – 9100-235 SANTA CRUZ

Telefone: 291 520 050

E-mail: ebsscruz@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 43 0 01 07 07

Investimento 43 9 50 07 07

2.4 TUTELA: SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA– SRE

2.5 REGIME FINANCEIRO

Natureza Jurídica: Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

2.6 LEGISLAÇÃO

Constituição: Portaria nº 66/92, de 25 de Fevereiro

Orgânica e Funcionamento: Decreto Legislativo Regional nº. 4/2000/M de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 21/2006/M, de 21 de junho.

2.7 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2024 a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, contava com 196 colaboradores, distribuídos de acordo com os Quadros seguintes:

PESSOAL DOCENTE:

a) Quadro Escola	49
Quadro Zona Ped.	80
Contratado	7
Total Pessoal docente	136

a) 3 exercem funções diretivas

PESSOAL NÃO DOCENTE:

Técnico superior	5
Técnico de Informática	1
Assistentes técnicos	16
Chefe de Departamento	1
Técnico de apoio à infância	1
Assistentes operacionais	36
Total Pessoal docente	60

Quadro 1 – Colaboradores da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz

De acordo com o **Quadro 2**, verifica-se que o pessoal docente (69,29%) juntamente com os técnicos superiores (2,55%) representam 71.94%, o que significa que

a Escola Básica e Secundária de Santa Cruz, na sua maioria é constituído por pessoal com elevada competência técnica.

O **Quadro 2** apresenta a distribuição dos colaboradores pelas diversas unidades orgânicas que constituem Escola Básica e Secundária de Santa Cruz:

PESSOAL NÃO DOCENTE:

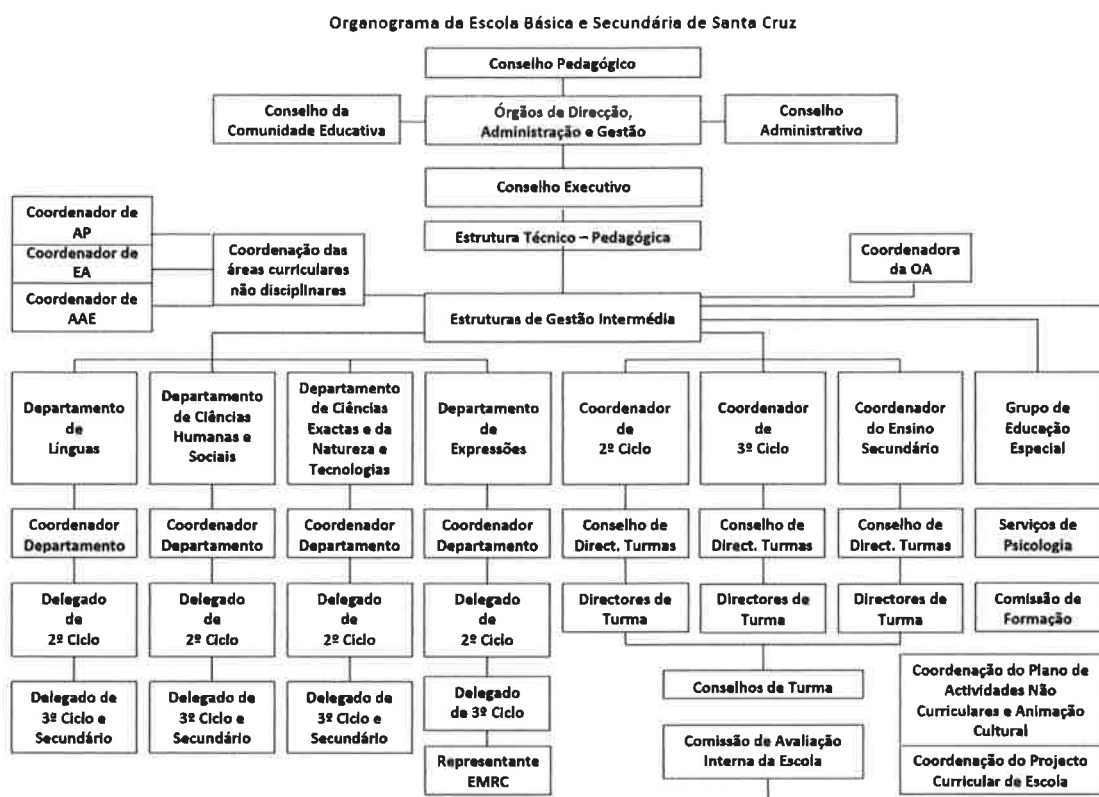
Técnico Superior		5
Informática	Técnico de informática	1
Assistentes Técnicos	ASE/Place	4
	Áudio visuais	1
	Laboratório	1
	Administrativos	10
Chefe de Departamento		1
Técnico de Apoio à Infância		1
Assistente Operacional	Enc Operacional	0
	Assistentes Operacionais	28
	Programa MAIS	9
TOTAL Pessoal não docente		61

O Quadro 2 - Colaboradores por serviço

2.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organigrama da escola compõe-se dos órgãos de direção administração e gestão, estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, segundo o esquema seguinte:

O organograma da Escola incluindo os órgãos de natureza consultiva e de fiscalização



Composição dos diversos órgãos e serviços:

CONSELHO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

Representação	Nome
Pessoal docente	Lina Maria Gonçalves Andrade Pestana
Pessoal docente	Magna José Marques Silva Vasconcelos
Pessoal docente	Maria Luísa Santos Senra
Pessoal docente	Cecília Luísa da Silva Gonçalves de Andrade
Pessoal docente	Maria dos Prazeres Gonçalves Liberato
Pessoal docente	Sónia Márcia Sousa Freitas de Freitas
Pessoal docente	Miguel Ângelo de Freitas
Pessoal docente	Norberta Elisa dos Santos Fernandes
Pessoal Não docente	Susana Isabel de Sousa Correia Pereira
Pessoal Não docente	Teresa de Assunção de Olim Ferreira
Associação de Pais	César Augusto Fernandes Gouveia
Associação de Pais	José Roberto Alves Araújo Jardim
Associação de Estudantes	Maria Mariana Gouveia de Menezes
Associação de Estudantes	Mariana Vasconcelos Ferreira
Representante da Câmara Municipal	Élia Luísa Dias Gonçalves Ascensão
Serv Psicologia e Orient Escolar	Andreia Rubina Gouveia Gomes
Coord Desporto Escolar	Filipa Cláudia Silva Felgueira

Educação Especial	Dulce de Fátima da Silva Freitas Ferreira
Elementos sem direito a voto:	
Pres do Conselho Executivo	Rui Herculano Lobo de Freitas
Pres do Conselho Pedagógico	Élvio de Nóbrega Leça

CONSELHO EXECUTIVO

Cargo	Nome
Presidente	Rui Herculano Lobo de Freitas
Assessora	Maria da Luz de Freitas da Mata
Vice-presidente	Teresa Maria Gouveia da Mata
Assessor	Pedro Manuel Ferreira da Costa
Vice-presidente	Élvio de Nóbrega Leça

CONSELHO AMINISTRATIVO

Cargo	Nome
Presidente	Rui Herculano Lobo de Freitas
Vice-presidente	Teresa Maria Gouveia da Mata
Secretário	José Laurentino Fernandes de Sousa

COORDENADORES DE DEPARTAMENTO

Departamento	Nome
Expressões	Ana Isabel Rodrigues
Ciências Exatas, da Natureza e Tecnologias	Conceição Carvalho
Ciências Sociais e Humanas	Lurdes Fernandes
Línguas	Magna Vasconcelos
Ensino Especial	Jorge Matos

DELEGADOS DE DISCIPLINA

Grupo disciplinar	Nome
História e Geografia de Portugal (2º ciclo)	Irene Antunes
História (3º ciclo/Sec.)	Lurdes Fernandes
Geografia (3º ciclo/Sec.)	José Arlindo Aguiar
Filosofia (Sec.)	Luísa Senra
Português (2º ciclo)	Sónia Vieira
Português (3º ciclo/Sec.)	Mónica Alexandra
Inglês (2º ciclo)	Helena Rocha
Inglês (3º ciclo/Sec.)	Lina Pestana

Francês (Sec.)	<i>Magna Vasconcelos</i>
Matemática (2º ciclo)	<i>Joana Soares</i>
Matemática (3º ciclo/Sec.)	<i>José Horácio Franco</i>
Ciências Naturais (2º ciclo)	<i>Maria dos Prazeres Liberato</i>
Ciênc. Nat./Biologia/CTV (3º ciclo/Sec.)	<i>Conceição Carvalho</i>
Informática	<i>Nuno Vieira</i>
ET / EV	<i>Ana Isabel Rodrigues</i>
Educação Visual	<i>Lília Jardim</i>
Educação Física (2º ciclo)	<i>Filipa Felgueira</i>
Educação Física (3º ciclo)	<i>Carla Jesus</i>
Educação Musical	<i>Susana Janice</i>
Eletrotecnia	<i>Nuno Chelas</i>
Educação Especial	<i>Jorge Matos</i>

COORDENADORES DE CICLO

Nível	Nome
2º ciclo	<i>Joana Soares</i>
3º ciclo	<i>Helena Pereira</i>
Secundário	<i>Luísa Senra</i>

2.9 Missão

A Escola Básica e Secundária de Santa Cruz tem por missão prestar à comunidade um serviço educativo e formativo de excelência.

- Divulgar o Projeto Educativo de Escola promovendo a interação com a Comunidade Educativa.
- Apoiar as atividades extracurriculares da Escola e intercâmbios a nível nacional e europeu.
- Gerir eficazmente os recursos humanos, materiais e financeiros.
- Fomentar laços de relacionamento entre a Escola e a Família.
- Melhorar as estruturas organizacionais da Escola, assim como a comunicação e o acesso à informação.

- Otimizar os diferentes recursos no sentido do sucesso reduzindo as taxas de abandono, promovendo a disciplina e garantindo a segurança.
- Diversificar oferta educativa indo ao encontro das reais necessidades e apetências dos alunos e do mercado de trabalho.

2.10 ATRIBUIÇÕES

Escola é constituída pelo Conselho da Comunidade Educativa, Diretor e Adjuntos, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo, e por estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras conforme organigrama acima, cujas atribuições são as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M.

O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da Escola.

O Conselho Executivo é o órgão de gestão da escola nas áreas pedagógicas, cultural, administrativa e financeira e é assegurado por um órgão colegial ou por um director, de acordo com a política educativa da escola definida pelo Conselho da Comunidade Educativa.

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e orientação educativa da escola.

2.11 Visão

A centralidade da nossa missão está no aluno e é em função dele que a Escola se tem vindo a adaptar. Assim é desejo central da nossa escola envolver toda a comunidade educativa no nosso Projeto Educativo, assegurando a todos a igualdade de oportunidades no acesso a um ensino de qualidade, numa escola que seja um lugar de cooperação, de solidariedade e de cidadania, contribuindo para o seu sucesso, acolhendo todos sem distinção, assegurando o progresso a cada aluno de acordo com as idiosincrasias e as suas aspirações num ambiente são.

É fundamental garantir a todos os alunos e a todos os que trabalham na escola o seu bem-estar e, particularmente, a sua segurança. Atendendo à evolução constante do mundo que nos rodeia, deparamo-nos com novos desafios – socioculturais, tecnológicos

– e consumimos resolutamente a nossa vontade de contribuir para a sua compreensão e a necessária mudança, oferecendo um serviço de qualidade.

2.12 ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA

A autonomia da escola preconizada no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, é o poder reconferido à escola pela administração educativa de tomar decisões no domínio estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional no quadro do seu Projeto Educativo. Este, o Regulamento Interno e o Plano Anual constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas.

A organização interna dos serviços da escola obedece ao modelo de estrutura, constituída por Conselho da Comunidade Educativa, Conselho Executivo, Conselho Pedagógico, e Conselho Administrativo.

2.13 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Conselho da Comunidade Educativa

Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República, na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de participação e representação da comunidade educativa.

As competências do Conselho da Comunidade Educativa são as previstas no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;

- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- l) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- m) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- n) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

O Conselho Executivo

O Presidente e os respetivos Vice-presidentes constituem o órgão de gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira.

O Presidente e os Vice-presidentes detêm as competências previstas no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- 1 — Compete ao conselho executivo, ouvido o conselho pedagógico: a) Submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o projecto educativo da escola, mediante a constituição de equipa por si designada para o efeito; b) Elaborar e submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o regulamento interno da escola.
- 2 — No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao conselho executivo, em especial:
 - a) Definir o regime de funcionamento da escola;
 - b) Elaborar o projecto de orçamento, ouvido o conselho da comunidade educativa;

- c) Elaborar o plano anual de escola e aprovar o respectivo documento final, ouvidos os conselhos da comunidade educativa e pedagógico;
- d) Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do plano anual de escola;
- e) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
- f) Distribuir o serviço docente e não docente;
- g) Designar os directores de turma;
- h) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar;
- i) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;
- j) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, colectividades e outras entidades;
- l) Proceder à selecção e recrutamento de pessoal docente e não docente, salvaguardado o regime legal de concursos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuido no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respectivo presidente de entre os seus membros docentes;
- b) Aprovar o projecto educativo da escola, acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o regulamento interno da escola;
- d) Dar parecer sobre o plano anual de escola, verificando da sua conformidade com o projecto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final de execução do plano anual de escola;

- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras de elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar activamente em actividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio sócio-educativo;
- k) Propor e colaborar activamente em actividades de formação cívica e cultural dos seus representantes;
- l) Nomear e dar posse aos membros do conselho executivo ou director e adjuntos;
- m) Exercer as demais competências que lhe forem atribuídas na lei e no regulamento interno.

Conselho Administrativo

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo da escola, nos termos da legislação em vigor. Compete ao Conselho Administrativo o estabelecido no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual da escola;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.

2.14 PERSPETIVAS FUTURAS

Prosseguindo na grande finalidade de promover o sucesso educativo numa perspetiva pluridimensional, a ação da EBSSC irá, entre 2022 e 2026, orientar-se pelos seguintes objetivos gerais:

1. Busca da melhoria em toda a ação da escola em função- do sucesso educativo dos seus alunos, através do estabelecimento de metas bem claras e justas no desempenho docente.
2. Diversificação da oferta curricular da escola, através da persistência na criação de oportunidades e alternativas de formação para os seus alunos tendo em vista as suas aptidões e dificuldades e a sua integração na vida ativa;
3. Promoção de princípios de cidadania, reforçando o papel formativo da escola na sensibilização para os valores e a sua ligação à comunidade em que se insere e a uma comunidade mais alargada - o mundo;
4. Investimento na educação ambiental, promovendo a literacia do oceano em prol de um desenvolvimento sustentável e de uma "economia azul", e estimulando o lazer, o desporto e um maior conhecimento das nossas áreas marinhas protegidas.

3 RECURSOS FINANCEIROS

Este capítulo tem como objetivo analisar e reportar os aspetos mais relevantes do desempenho orçamental e financeiro da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz no ano económico de 2024. A análise será baseada nas demonstrações financeiras da escola, com destaque para a evolução das suas principais componentes.

3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Orçamento da receita

Este capítulo tem como objetivo analisar a receita cobrada da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz no ano económico de 2024. A análise se baseia nos dados

disponibilizados, com destaque para o montante global arrecadado, a comparação com as previsões corrigidas e a desagregação por fonte de receita.

No ano económico de 2024, a receita cobrada registou um montante global de 8.666.373,51 EUR, a que corresponde 97,47% face às previsões corrigidas, desagregada em transferências do orçamento da Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Considerando o "Anexo X", emitido pela DROT através da Circular nº 6/ORÇ/2022, de 2 de agosto, a fonte de financiamento (FF) com maior expressividade são as provenientes das transferências correntes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, respetivamente a fonte financiamento 311.

Estrutura e execução da receita

Estrutura e execução da receita							
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas							
RECEITA	Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Liquidações emitidas	Liquidações recebidas	Recebimentos do período	Estrutura	Execução
CORRENTES	8 798 469,00	8 841 552,00	8 624 762,13	8 624 762,13	8 624 762,13	99,52%	97,55%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)	8 430 687,00	8 478 645,00	8 325 372,98	8 325 372,98	8 325 372,98	96,07%	98,19%
↳ 311							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7 997 953,00	8 081 111,00	8 008 406,59	8 008 406,59	8 008 406,59	92,41%	99,10%
↳ 381							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	309 770,00	274 570,00	230 802,34	230 802,34	230 802,34	2,66%	84,06%
↳ 386							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	500,00	1 500,00	500,00	500,00	500,00	0,01%	33,33%
07-VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	93 014,00	94 314,00	83 782,45	83 782,45	83 782,45	0,97%	88,83%
08-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27 000,00	24 680,00	500,00	500,00	500,00	0,01%	2,03%
04-TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2 450,00	2 470,00	1 381,60	1 381,60	1 381,60	0,02%	55,94%
↳ Financiamento da UE	367 782,00	362 907,00	299 389,15	299 389,15	299 389,15	3,45%	82,50%
↳ 483							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	299 062,00	295 067,00	245 400,94	245 400,94	245 400,94	2,83%	83,17%
↳ 484							
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	68 720,00	67 840,00	53 988,21	53 988,21	53 988,21	0,62%	79,58%
CAPITAL	10 087,00	16 765,00	7 624,90	7 624,90	7 624,90	0,09%	45,48%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)	10 087,00	15 287,00	7 624,90	7 624,90	7 624,90	0,09%	49,88%
↳ 381							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10 087,00	15 287,00	7 624,90	7 624,90	7 624,90	0,09%	49,88%
↳ Financiamento da UE		1 478,00					
↳ 483							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1 211,00					
↳ 484							
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		267,00					
OUTRAS RECEITAS		33 430,00	33 986,48	33 986,48	33 986,48	0,39%	101,66%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)		33 430,00	33 986,48	33 986,48	33 986,48	0,39%	101,66%
↳ 386							
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		33 430,00	33 986,48	33 986,48	33 986,48	0,39%	101,66%
Total Geral	8 808 556,00	8 891 747,00	8 666 373,51	8 666 373,51	8 666 373,51	100,00%	97,47%

Quadro n.º 1 – Estrutura e execução da Receita

O Quadro 1 - "Estrutura de Execução da Receita" oferece uma visão abrangente da composição das receitas da escola, categorizadas em três grupos principais: receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

A análise baseia-se nos dados disponibilizados, destacando as fontes de receita, as previsões iniciais e corrigidas, a receita liquidada e cobrada, bem como o grau de execução.

A receita da escola concentra-se basicamente nas receitas correntes, que representam a maior parte dos seus recursos financeiros, com maior evidência nas originárias do esforço financeiro nacional, isto é, as receitas provenientes do orçamento de estado e as receitas provenientes do financiamento da UE.

Relativamente às receitas provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados, maioritariamente procedentes do agrupamento económico das transferências correntes das fontes financiamento 311 e 381. A receita originária deste agrupamento económico na fonte de financiamento 311 determinou inicialmente uma previsão no montante global de 7.997.953,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 8.081.111,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 311, foi no montante global de 8.008.406,59 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 99,10%.

Relativamente à fonte financiamento 381 inicialmente com uma previsão no montante global de 309.770,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 274.570,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 381, foi no montante global de 230.802,34 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 84,06%.

De modo análogo a estas receitas, existem também as receitas com proveniência nas receitas gerais - dotação com compensação, receita da fonte de financiamento 386, com principal relevância para as originárias do agrupamento das vendas de bens e serviços correntes, apresentando uma previsão inicial de 93.014,00 EUR, ao longo do exercício económico passou para previsão corrigida de 94.314,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 83.782,45 EUR de receita liquidada e cobrada. Seguindo-se do agrupamento de outras receitas correntes, apresentando um montante inicial de 27.000,00 EUR, ao longo do exercício económico esta previsão foi corrigida para 24.680,00 EUR, e no final do exercício económico

apresentou um montante global de 500,00 EUR de receita liquidada e cobrada. A categoria das taxas, multas e outras penalidades apresentou uma previsão inicial no montante de 2.450,00 EUR, que passou para previsão corrigida de 2.470,00 EUR e no final do exercício económico apresentou um montante global de 1.381,60 EUR de receita liquidada e cobrada.

Analisando as receitas de capital, provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se o agrupamento económico das transferências de capital apresentando um montante de previsão inicial de 10.087,00 EUR e um montante de previsão corrigida de 15.287,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 7.624,90 EUR de receita liquidada e cobrada.

No que diz respeito às receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas referentes ao agrupamento económico das transferências correntes da fonte financiamento 483 registaram uma previsão inicial no montante de 299.062,00 EUR, no período em análise contabilizou um montante de 295.067,00 EUR de previsão corrigida. No final do exercício económico registou uma receita liquidada e cobrada um montante de 245.400,94 EUR.

Considerando-se ainda as receitas da fonte de financiamento 484, que iniciaram com uma previsão no montante de 68.720,00 EUR, e durante o exercício económico alcançaram um montante de 67.840,00 EUR de previsão corrigida, sendo que, a 31 de dezembro de 2024, a escola apurou um montante global de 53.988,21 EUR de receita liquidada e cobrada.

No âmbito das receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas de capital das fontes 483 e 484, alcançaram um montante de 1.211,00 EUR e 267,00 EUR de previsão corrigida, respetivamente, não originaram qualquer execução no decorrer do exercício económico.

Por fim, as outras receitas provenientes do esforço financeiro nacional, respeitantes às receitas da fonte financiamento 386 de saldos da gerência anterior, iniciaram com uma previsão corrigida de 33.430,00 EUR e no encerramento do exercício económico, as receitas totais somaram o montante de 33.986,48 EUR.

Orçamento da despesa

A execução de despesa está diretamente relacionada com necessidades de funcionamento da escola, decorrente do projeto educativo e plano de atividades da escola, podendo a mesma, ser influenciada de forma positiva pela eficiência dos órgãos de administração e gestão, mas por outro lado, pelo desempenho das estruturas de orientação educativa e estruturas de apoio educativo.

Estrutura e execução da despesa

A despesa executada no orçamento relativo ao exercício de 2024 ascendeu ao montante total de 8.656.206,37 EUR, o que correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 97,35% do orçamento corrigido.

Estrutura e execução da Despesa
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

DESPESA	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Obrigações processadas	Obrigações pagas	Pagamentos do período	Estrutura	Execução
CORRENTES	8 798 469,00	8 874 982,00	8 649 410,97	8 648 581,47	8 583 876,81	99,91%	97,45%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)	8 430 687,00	8 512 075,00	8 350 021,82	8 349 192,32	8 284 487,66	96,45%	98,09%
↳311							
01-DESPESAS COM O PESSOAL	7 997 953,00	8 081 111,00	8 008 406,58	8 008 406,58	8 008 406,58	92,52%	99,10%
↳381							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	278 487,00	239 037,00	197 065,12	196 457,75	151 448,49	2,27%	82,19%
03-JUROS E OUTROS ENCARGOS	51,00	192,00	191,72	191,72	191,72	0,00%	99,85%
04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31 232,00	35 341,00	34 152,87	34 152,87	34 152,87	0,39%	96,64%
↳386							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	121 786,00	155 138,00	109 730,71	109 508,58	89 390,93	1,27%	70,59%
06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1 178,00	1 256,00	474,82	474,82	397,07	0,01%	37,80%
↳ Financiamento da UE	367 782,00	362 907,00	299 389,15	299 389,15	299 389,15	3,46%	82,50%
↳483							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	299 062,00	295 067,00	245 400,94	245 400,94	245 400,94	2,83%	83,17%
↳484							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	68 720,00	67 840,00	53 988,21	53 988,21	53 988,21	0,62%	79,56%
↳ CAPITAL	10 087,00	16 765,00	7 624,90	7 624,90	38,39	0,09%	45,48%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)	10 087,00	15 287,00	7 624,90	7 624,90	38,39	0,09%	49,88%
↳381							
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	10 087,00	15 287,00	7 624,90	7 624,90	38,39	0,09%	49,88%
↳ Financiamento da UE		1 478,00					
↳483							
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1 211,00					
↳484							
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		267,00					
Total Geral	8 808 556,00	8 891 747,00	8 657 035,87	8 656 206,37	8 583 915,20	100,00%	97,35%

Quadro n.º 2 – Estrutura e execução da Despesa

Neste orçamento, a despesa executada distribui-se por diversas fontes de financiamento.

A despesa executada concentrou-se basicamente nas despesas correntes e despesas de capital.

A maior relevância verifica-se para as despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional no agrupamento das despesas correntes, na fonte financiamento 311, representando assim um peso considerável no orçamento de despesa, com principal destaque para o agrupamento económico das despesas com pessoal, apresentando uma dotação inicial de 7.997.953,00 EUR, no período em análise contabilizou um montante de 8.081.111,00 EUR de dotação corrigida, no encerramento do exercício económico, as obrigações processadas no montante de 8.008.406,58 EUR e pagas no mesmo montante, absorvendo 99,10% do total da despesa executada tornando as restantes despesas pouco expressivas. A parte mais significativa desta despesa executada está diretamente relacionada com as remunerações certas e permanentes e as Contribuições para Segurança Social no montante global de 1.250,140,51 EUR.

Relativamente à fonte financiamento 381 na aquisição de bens e serviços correntes, inicialmente com uma despesa orçamentada no montante global de 278.487,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico ajustada para uma dotação corrigida no montante global de 239.037,00 EUR. Ao longo do exercício económico apresentou obrigações processadas no montante de 197.065,12 EUR e pagas no montante de 196 457,75 EUR, absorvendo 82,19% do total da despesa executada. Ainda relativamente à fonte de financiamento 381, nas transferências correntes apresentou dotações iniciais no montante de 31.232,00 EUR, ao longo do exercício económico foi efetuado um ajuste para uma dotação corrigida de 35.341,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 34.152,87 EUR de obrigações processadas e pagas. Por fim, nos juros e outros encargos apresentou uma dotação inicial de 51,00 EUR e na dotação corrigida de 192,00 EUR. Ao longo do exercício económico apresentou obrigações processadas e pagas no montante de 191,72 EUR.

As despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional, como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentam uma dotação inicial no montante de 10.087,00 EUR e uma dotação corrigida no montante de 15.287,00 EUR. Concluído o exercício económico, a escola apurou um montante global de obrigações processadas e pagas de 7.624,90 EUR.

A despesa na fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes com uma dotação inicial no montante de 121.786,00 EUR, ao longo do exercício económico foi ajustada para uma dotação corrigida de 155.138,00 EUR. No final do exercício apresentou um montante global de obrigações processadas de 109.730,71 EUR e pagas no montante de 109 508,58 EUR. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante inicial de 1.178,00 EUR e corrigido de 1.256,00 EUR, ao longo do exercício económico as obrigações processadas apresentaram um montante de 474,82 EUR, e no final do exercício económico apresentou o mesmo montante global de obrigações pagas.

Relativamente às despesas com fonte de financiamento 483 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial de 299.062,00 EUR, seguidamente registaram uma dotação corrigida no montante de 295.067,00 EUR e no final do exercício económico alcançaram um montante de 245.400,94 EUR de obrigações processadas e pagas.

No período de 2024 as despesas com a fonte de financiamento 484 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial de 68.720,00 EUR seguidamente registaram uma dotação corrigida no montante de 67.840,00 EUR e durante o exercício económico ajustaram para um montante de 53.988,21 EUR de obrigações processadas e pagas.

No âmbito das receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas de capital nas fontes 483 e 484, apresentando dotações corrigidas no montante de 1.211,00 EUR e 267,00 EUR, respetivamente, não apresentaram qualquer execução durante o exercício económico.

Evolução da despesa

A despesa paga no orçamento relativo ao exercício de 2024 ascendeu ao montante global de 8.656.206,37 EUR.

No período de 2024, a despesa paga referente à fonte financiamento 311, concentrou-se basicamente nas despesas correntes. O pagamento nas despesas correntes foi de 8.648.581,47 EUR com maior reflexo no agrupamento económico de despesas com o pessoal no montante de 8.008.406,58 EUR. Seguindo-se a despesa relativa à fonte financiamento 381, com maior destaque no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes, correspondendo ao montante de 196.457,75 EUR de despesa paga. Seguido do agrupamento económico de transferências correntes no montante de 34.152,87 EUR de obrigações pagas, seguido do agrupamento económico outras despesas correntes no montante de 191,72 EUR.

As despesas contabilizadas como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentaram obrigações pagas no montante de 7.624,90 EUR.

A despesa paga da fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes ascendendo a uma despesa paga no montante de 109.508,58 EUR. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante de obrigações pagas de 474,82 EUR.

Em seguida, na fonte de financiamento 483 temos de despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes um montante de 245.400,94 EUR. Nesta mesma fonte de financiamento, na despesa de capital, não temos qualquer despesa paga ao longo do exercício.

Por fim, a fonte de financiamento 484 apresentou despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes num montante de 53.988,21 EUR. Nesta mesma fonte de financiamento, na despesa de capital, não temos qualquer despesa paga ao longo do exercício.

Encargos assumidos e não pagos

Registaram-se encargos assumidos e não pagos (EANP) no final do exercício económico de 2024, no montante de 829,50 .EUR, (neste momento já se encontram pagos). Há também que salientar a existência de compromissos assumidos no montante de 11.983,06 EUR, não pagos por falta de emissão da fatura do fornecedor.

Indicadores orçamentais

Indicador	Formula de cálculo	2024	2023	Var %
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	Receita cobrada Líquida/Previsões corrigidas	97,5%	98,8%	-1%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	97,4%	98,4%	-1%
Grau de Realização das Liquidações (%)	Recebimentos / Liquidações	100,0%	100,0%	0%
Grau de execução das Obrigações (%)	Pagamentos / Obrigações	99,2%	99,1%	0%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/ Total receita cobrada efetiva	99,9%	99,9%	0%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	97,3%	98,4%	-1%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	- 23 819,34	12 109,05	-297%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-	-	
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	- 23 627,62	12 173,21	-294%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	- 23 819,34	12 109,05	-297%

Quadro n.º 3 – Indicadores orçamentais

3.2 ÓTICA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Neste relato serão analisados os factos que julgamos mais pertinentes, comentando-se os aspetos que consideramos mais relevantes.

A realidade económica e financeira da Escola Básica e Secundária de Santa Cruz é particularmente uniforme na sua dinâmica ao longo dos últimos exercícios económicos, onde se pode verificar que o financiamento da sua atividade principal assenta fundamentalmente, como já foi referido anteriormente, nas transferências do Orçamento da RAM.

Ao nível do registo contabilístico dos fatos patrimoniais, importa salientar que em 2018 a adoção do novo referencial normativo aplicado a contabilidade pública (SNC-AP), implicando um conjunto de ajustamentos transversal em toda a estrutura contabilística da escola.

Situação Económica

Gastos operacionais

Os Gastos Operacionais, registaram um montante global de 8.401.974,43 EUR.
(cfr. quadro infra).

Gastos operacionais	2024	%	2023	%	Variação	%
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	40 602,71	0,48%	103 466,78	1,24%	-62 864,07	-60,76%
Fornecimentos e serviços externos	357 595,60	4,26%	326 082,80	3,92%	31 512,80	9,66%
Gastos com o pessoal	7 969 623,07	94,85%	7 829 384,52	94,10%	140 238,55	1,79%
Transferências correntes concedidas	-	0,00%	27 046,41	0,33%	-27 046,41	-100,00%
Prestações sociais concedidas	34 152,87	0,41%	30 791,37	0,37%	3 361,50	10,92%
Provisões do período	-	-	-	-	-	-
Outros gastos	0,18	0,00%	3 908,55	0,05%	-3 908,37	-100,00%
	8 401 974,43	100,00%	8 320 680,43	100,00%	81 294,00	0,98%

Gastos sobre Investimentos	2024	%	2023	%	Variação	Variação %
Gastos de depreciação e de amortização	137 354,35	100,00%	119 561,66	100,00%	17 792,69	14,88%
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Perdas por reduções de justo valor	-	-	-	-	-	-
Total	137 354,35	100,00%	119 561,66	100,00%	17 792,69	14,88%

Quadro n.º 4 – Estrutura de Custos Operacionais

No ano económico de 2024, o agrupamento mais representativo na estrutura dos gastos operacionais foi o dos gastos com pessoal, representando 94,85% do total de gastos operacionais e que ascenderam o montante de 7.969.623,07 EUR, seguido dos fornecimentos e serviços externos com 4,26% do total de gastos operacionais, a que correspondeu um montante de 357.595,60 EUR, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com um montante de 40.602,71 EUR com 0,48% do total de gastos operacionais, as prestações sociais concedidas com um montante 34.152,87 EUR com 0,41% do total de gastos operacionais, e por fim outros gastos com um montante de 0,18 EUR com 0,00% do total de gastos operacionais.

Os gastos de depreciação e de amortização totalizam um montante de 137.354,35 EUR.

Importante será dizer que não foram constituídas imparidades de dívidas a receber.

Os gastos não operacionais, registaram um montante global de 41,96 EUR.
(cfr. quadro infra nº 5).

Gastos Financeiros	2024	%	2023	%	Varição	%
Gastos por juros e outros encargos	41,96	100,00%	44,16	100,00%	-2,20	-4,98%
Total	41,96	100,00%	44,16	100,00%	-2,20	-4,98%

Quadro n.º 5 – Estrutura de Gastos não operacionais

Rendimentos operacionais

No ano económico de 2024, os rendimentos operacionais resultantes dos movimentos contabilizados, totalizaram um montante de 8.628.106,24 EUR.

Rendimentos operacionais	2024	%	2023	%	Varição	Varição %
Impostos, contribuições e taxas	1 381,60	0,02%	1 851,94	0,02%	-470,34	-25,40%
Vendas	4 018,21	0,05%	3 816,73	0,05%	201,48	5,28%
Prestações de serviços e concessões	80 264,24	0,93%	98 076,60	1,16%	-17 812,36	-18,16%
Variações nos inventários da produção						-
Trabalhos para a própria entidade						-
Transferências e subsídios correntes obtidos	8 500 314,57	98,52%	8 305 858,96	98,27%	194 455,61	2,34%
Outros rendimentos	42 127,62	0,49%	42 903,16	0,51%	-775,54	-1,81%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares						-
Total	8 628 106,24	100,00%	8 452 507,39	100,00%	175 598,85	2,08%

Quadro n.º 6 – Estrutura de Rendimentos Operacionais

Entre os rendimentos operacionais, a categoria de maior destaque foi a de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, que ascendeu o valor de 8.500.314,57 EUR, correspondendo a cerca de 98,52% do total dos rendimentos operacionais.

Os restantes proveitos assumem uma expressão ínfima no cômputo do total dos proveitos. Destaca-se a prestações de serviços e concessões no montante de 80.264,24 EUR correspondendo a cerca de 0,93%, seguida de outros rendimentos no montante de 42.127,62 EUR com um peso de cerca de 0,49%, seguida de vendas no montante de 4.018,21 EUR com um peso aproximadamente de 0,05%, e por fim categoria de impostos, contribuições e taxas no montante de 1.381,60 EUR com um peso aproximadamente de 0,02%, (cfr. quadro n.º 6).

Financiamento da atividade

Em 2024 não foram observados gastos nem rendimentos associados ao financiamento da exploração da atividade, facto que se aceita atendendo às limitações colocadas ao nível do endividamento publico e às restrições impostas pelas regras da execução orçamental a que as instituições publicas estão sujeitas.

Apuramento dos Resultados

Resultados		2024	2023	Variação	Variação
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	<i>Resultados Operacionais</i>	226 131,81	131 826,96	94 304,85 €	71,54%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	<i>Resultados Financeiros</i>	88 777,46	12 265,30	76 512,16 €	623,81%
Resultado antes de impostos		88 735,50	12 221,14	76 514,36 €	626,08%
Resultado Líquido do Período		88 735,50	12 221,14	76 514,36 €	626,08%

Quadro n.º 7 – Apuramento de Resultado

Dimensão	Indicador	Formula de cálculo	2024	2023	Var %
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,44	1,35	7%
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,43	1,35	6%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,01	0,00	25%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	2,64	1,27	108%
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas – custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,43	0,96	-56%
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	19,60%	3,07%	539%
Atividade	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	15,2%	8,5%	78%
	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios/ Ativo	5,76%	6,72%	-14%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365			
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMR)	Saldo médio Fornecedores/ Saldo médio (Compras + FSE) * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365			
Estrutura	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	30,46%	25,80%	18%
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	43,80%	34,78%	26%
Financeira	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	538922%	298521%	81%
	Endividamento	Passivo/Ativo	69,54%	74,20%	-6%

Quadro n.º 8 – Indicadores económico-financeiros

Demonstração de Resultados



Escola Básica e Secundária de Santa Cruz
 Av. 2 de agosto de 1996, 8, 9100 - 235 Santa Cruz
 ebsscruz@edu.madeira.gov.pt - 671 000 268

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

SNC-AP

APOÓS APURAMENTOS 2024

DMISA, EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas		1 381,60	1 851,94
Vendas		4 018,21	3 816,73
Prestações de serviços e concessões		80 264,24	98 076,60
Transferências e subsídios comunitários obtidos			
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos c	23.5	8 500 314,57	8 305 858,98
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		-40 602,71	-103 486,78
Fornecimentos e serviços externos	23.4	357 595,60	328 082,80
Gastos com o pessoal		-7 989 623,07	-7 829 384,52
Transferências e subsídios concedidos			-27 046,41
Prestações sociais		-34 152,87	-30 791,37
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	23.6	42 127,62	42 903,16
Outros gastos		-0,18	-3 908,55
Resultado antes da depreciação e gastos de financiamento		228 131,81	131 826,98
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23.7	-137 354,35	-119 561,68
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		88 777,46	12 265,30
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		-41,96	-44,16
Resultado antes de impostos		88 735,50	12 221,14
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		88 735,50	12 221,14

Situação Financeira

Balanço



Escola Básica e Secundária de Santa Cruz
 Av. 2 de agosto de 1996, 8, 9100 - 235 Santa Cruz
 ebsscruz@edu.madeira.gov.pt - 671 000 268

BALANÇO

SNC-AP

APÓS APURAMENTOS 2024

DMISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		437 291,99	443 171,98
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clients, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber	23.2		
		437 291,99	443 171,98
Ativo corrente			
Inventários		8 838,39	2 726,71
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23.1		
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clients, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23.2	1 030 645,20	1 093 428,77
Diferimentos		3 908,79	
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		5 751,54	5 106,20
		1 049 143,92	1 101 261,68
Total do ativo		1 486 435,91	1 544 433,66
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Capital		58 024,43	58 024,43
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transferidos		231 831,37	219 610,23
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		74 181,70	108 684,42
Resultado líquido do período		88 735,50	12 221,14
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		452 773,00	398 540,22
Total do património líquido		452 773,00	398 540,22
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	23.3		
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores		829,50	64 546,73

ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE SANTA CRUZ - FN



Escola Básica e Secundária de Santa Cruz
 Av. 2 de agosto de 1996, 8, 9100 - 235 Santa Cruz
 ebsscruz@edu.madeira.gov.pt - 671 000 268

BALANÇO

APÓS APURAMENTOS 2024

SNC-AP

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		4 037,00	4 021,78
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			7 586,51
Fornecedores de investimentos			
Outras contas a pagar	23.3	1 028 796,41	1 089 738,42
Diferimentos			
Passivos financeiros devidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		1 033 662,91	1 145 893,44
Total do passivo		1 033 662,91	1 145 893,44
Total do património líquido e do passivo		1 486 435,91	1 544 433,66

Lançamentos de abertura do exercício

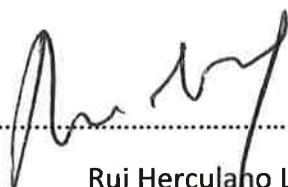
No âmbito da aplicação do novo normativo contabilístico SNC-AP, as primeiras demonstrações financeiras foram preparadas de forma comparativa de acordo com as NCP relevantes, utilizando os modelos emanados no Manual de Implementação.

3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apresenta um montante de 88.735,50 EUR, face ao resultado líquido obtido, o Conselho Administrativo propõe a afetação deste resultado à conta de Resultados Transitados.

Santa Cruz, 28 de abril de 2025

O Conselho Administrativo



Rui Herculano Lobo de Freitas



Teresa Maria Gouveia da Mata



José Laurentino Fernandes de Sousa

